

HÁ UM CONJUNTO RÍGIDO DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O CONHECIMENTO PROPOSICIONAL?

Luís Rodrigues
Lisbon University

Abstract

O objectivo do ensaio será sugerir que pode ser mais económico e eficaz aceitar que há múltiplos conjuntos de condições necessárias para “validar” o conhecimento proposicional do que aceitar que há apenas um. Pretendo com isto disputar a ideia de um critério universal de validação do conhecimento proposicional, substituindo esta ideia pela ideia de um critério adaptável em função das alterações dos vários factores que enquadram a possibilidade de conhecimento proposicional. A ideia será defendida com base em alguns exemplos.

Keywords

conhecimento, condições necessárias.

Problema

Vou defender neste ensaio que o conhecimento proposicional (CP) é possível por via da satisfação de múltiplos conjuntos de condições ou de um conjunto flexível de condições. Passo a explicar.

Tome-se como referência a definição tripartida (DT) do CP. Segundo a DT, *S* sabe que *P* se, e só se,

- i) *S* tem uma crença consciente e racional em *P*,
- ii) *P* é verdadeira,
- iii) *S* tem a sua crença em *P* justificada.

Assim, a DT implica que tenha que haver a satisfação de um *conjunto rígido de três condições necessárias* para que haja CP. Se é o caso das condições necessárias serem satisfeitas, então isso é suficiente para haver CP; se não é o caso de serem satisfeitas, então não há CP¹.

Contudo, como os exemplos de Gettier parecem mostrar (Gettier, 1963), mesmo que ocorra a satisfação das três condições necessárias isso pode não ser suficiente para haver CP. Consequent-

¹ A ideia de um conjunto rígido de condições parece ter a sua origem em Platão, que, no *Teeteto*, sugere os seguintes elementos para esse conjunto (embora não os encontre suficientes): i) Opinião, ii) Verdadeira, iii) Justificada.

emente, tem-se procurado complementar o conjunto inicial de três condições com uma quarta condição, de forma a tornar o conjunto de condições suficiente para validar universalmente o CP.

Não tem sido fácil alcançar um consenso quanto ao que possa ser essa quarta condição (J. Dancy, 1985 pp. 23-46). Os argumentos e os exemplos que apoiam esta ou aquela proposta sobre o que ela possa ser têm sido recorrentemente contra argumentados e contra exemplificados, o que deixa o problema numa espécie de impasse. Parece, pois, que o conjunto de todas as condições necessárias para o CP teima em escapar-nos, principalmente devido às exigências específicas de cada caso particular (L. Bonjour, 2004 pp. 262-274).

Três hipóteses

Este cenário pede alternativas. Sugiro então que se avalie as seguintes hipóteses:

Hip. 1) Há um, e não mais que um, conjunto rígido de condições que permite confirmar o CP sempre que as condições que o constituem são satisfeitas.

Hip. 2) Há múltiplos conjuntos de condições, ou um conjunto qualitativamente ou quantitativamente flexível de condições, cuja satisfação, em função das exigências específicas de cada caso particular, permite validar o CP para cada caso ou para cada grupo de casos.

Hip. 3) Não há qualquer conjunto de condições cuja satisfação permita validar o CP.

Método

Descartarei automaticamente a hipótese (3) por esta recusar qualquer critério que a possa confirmar ou infirmar. Tentarei de seguida defender a hipótese (2) enquanto alternativa plausível à hipótese (1). A hipótese (2) só será plausível se for possível mostrar que as condições necessárias e suficientes para haver CP variam em função das exigências específicas de cada caso analisado.

Preliminares

Antes de verificar a plausibilidade da hipótese (2), há que esclarecer o seguinte:

* Diferentes tipos de proposições implicam diferentes graus de necessidade e suficiência quando se trata confirmar crenças racionais nos seus conteúdos.

** A verdade é a concordância de proposições (e frases declarativas que as expressam)² com o que é o caso (isto evita problemas relacionados com as Teorias Coerentistas e Deflacionistas da verdade).

*** Se é o caso de ocorrer a satisfação de um conjunto de condições necessárias para um determinado efeito, então essa satisfação é suficiente para que esse efeito ocorra. Por exemplo, se as condições necessárias para eu não ter fome e sede são que eu coma um bife e beba um sumo, então o facto de eu comer um bife e beber um sumo é suficiente para eu não ter fome nem sede.

**** Modos de justificação e condições necessárias extra justificação são coisas distintas. Os primeiros estão dentro dos limites da condição necessária “justificação”, as segundas excedem esses limites. Por exemplo, podemos tentar justificar uma crença de vários modos: *a priori*, inferencialmente, empiricamente, etc; mas a validade da justificação *não* é um desses modos de justificar uma crença: a validade da justificação é um garante que esses modos são os indicados e que a justificação é inabalável. Consequentemente, a validade da justificação é uma condição necessária suplementar para confirmar 1) a própria justificação e 2) o CP.

***** Quando se trata de validar o CP, tem que ocorrer invariavelmente a satisfação de *número mínimo* de condições necessárias. A constituição desse *conjunto de base* de condições necessárias,

² Ignoro propositadamente os casos de frases não declarativas que expressam outros tipos de proposições. O objectivo é evitar complicações desnecessárias para o objectivo deste ensaio.

que forma o núcleo de todos os outros conjuntos, ou de um conjunto flexível, é-nos dada pela DT. Apesar de ter que ser invariavelmente satisfeito um conjunto base de condições necessárias, nem sempre essa satisfação é suficiente para que ocorra CP.

Passemos de seguida à análise de alguns casos indicativos da plausibilidade da hipótese (2).

Exemplo 1

Há casos em que a satisfação de três condições é suficiente para haver CP.

Tome-se a seguinte proposição (A): “Um objecto não pode ser completamente verde e completamente vermelho no mesmo momento T”. Proponho que (A) tem as seguintes características:

- (A) é analítica (é uma verdade lógica, em sentido lato – uma verdade conceptual);
- a verdade de (A) – ou a falsidade da sua contraditória - pode ser determinada a priori;
- (A) é metafisicamente necessária;

- (A) é informativa; ou seja, é uma proposição que acrescenta conhecimento substancial sobre o mundo. (A) acrescenta esse *conhecimento substancial* porque fornece informação sobre a forma como objectos particulares concretos podem exemplificar determinadas propriedades, e quais as relações de possibilidade ou impossibilidade que podemos encontrar na forma como esses objectos exemplificam as referidas propriedades. Essa informação não é trivial; é, pelo contrário, uma informação relevante sobre estados de coisas no mundo (B. Russell, 1912). - (isto evita que se considere que a crença de S em A não seja conhecimento com o argumento de que proposições triviais não acrescentam informação substancial sobre o mundo).

Quais são as condições necessárias que devem ser satisfeitas para que se possa validar que S sabe que (A)? As três de base parecem ser suficientes, vejamos:

Primeiro, S não pode deixar de ter uma crença racional em (A) - porque isso seria contraditório para S, sendo S um agente racional e competente.

Segundo, A é verdadeira a priori, pois não pode deixar de ser o caso que (A) em virtude de (A) ser uma necessidade lógica lata e, conseqüentemente, uma necessidade metafísica³.

Terceiro, S está também justificado *a priori* que a sua crença em A é verdadeira – pois não parece ser possível que, sendo (A) uma necessidade metafísica, possa sê-lo e ser “falsa” (não o ser) ao mesmo tempo. A justificação de S para a sua crença em A decorre então apenas do processo inferencial que S estabelece *a priori*.

Se isto estiver correcto, então é possível validar que S sabe que (A) na medida em que a satisfação das três condições necessárias da DT se revela suficiente para o efeito.

Exemplo 2

Sobre a insuficiência das três condições necessárias para validar o CP, e a exigência da satisfação de uma quarta condição necessária suplementar para o efeito.

Suponhamos que a Sra. Jones tem bons indícios que o seu marido, o Sr. Jones, é infiel, e contrata o detective S(mith) para confirmar a sua suspeita. S reúne uma série de indícios a favor dessa crença da Sra. Jones⁴, entre os quais o de ter visto o Sr. Jones a beijar uma mulher muito bo-

³ (A) não é contudo uma necessidade lógica estrita. Mas isso não impeditivo que (A) seja uma necessidade metafísica. Intuitivamente, percebemos que não pode deixar de ser o caso que (A) em todos os mundos possíveis, i.e., não é possível que haja alguma situação em que um objecto possa ser simultaneamente todo verde e todo vermelho. Há, contudo, proposições analíticas que não são metafisicamente necessárias, como parece ser o caso de “Eu estou aqui”. (A) não parece ser contudo um desses casos. (Agradeço à Prof^a Adriana S. Graça e a Desidério Murcho o esclarecimento deste ponto, e o evitar de algumas confusões).

⁴ Suponhamos que o Sr. Jones tem ficado ultimamente a trabalhar até tarde no escritório, passa inúmeros fins-de-semana fora, tem a roupa impregnada de perfume de mulher, compra jóias para senhora que não oferece à Sra. Jones etc.

nita num *restaurant* onde jantavam os dois à luz das velas. *S* constata que (B): “O Sr. Jones beijou aquela mulher”, e infere a partir de (B) a proposição (C), “O Sr. Jones é um marido infiel”.

A crença de *S* em (C) *está justificada* (por boas razões): a crença está justificada pelo *facto* de (B), além de que a crença de *S* em (C) é uma crença coerente com um conjunto de outras crenças de *S* (por exemplo, os bons indícios da Sra. Jones e outros acumulados pelo detective).

Mas suponhamos agora que o Sr. Jones afinal não trai a Sra. Jones com a mulher que beijou no restaurante. Suponhamos que a mulher que beijou é *de facto* uma meia-irmã que a família desconhecia e que o Sr. Jones já não via há muito tempo. Se fosse esse o caso, o detective teria a sua crença em (C) justificada em função dos indícios que angariou, mas a sua crença em (C) seria *falsa*, pois (C) não seria o caso. Vejamos agora: que condição necessária precisaria de ser satisfeita para o detective *saber* que (C)? Obviamente, seria necessário que (C) fosse o caso, *i.e.*, seria necessário que a proposição (C) fosse verdadeira.

Mas mesmo que (C) fosse o caso, poderíamos validar que o detective sabe que (C) em função da justificação que tem para (C)? Suponhamos então que o Sr. Jones tem *de facto* uma namorada extra-conjugal, mas que não é a mulher que beijou no restaurante. O Sr. Jones tem *de facto* uma situação amorosa com essa outra mulher, e consegue encobrir quaisquer indícios que possam levar à descoberta dessa situação por parte de terceiros.

Recapitulemos: *S* tem uma crença racional em (C), (C) é verdadeira (é o caso que (C)), e a crença de *S* em (C) está justificada. Mas *S* sabe realmente que (C)? Não, porque a justificação que *S* tem para a sua crença em (C) *não é válida*.

Pode objectar-se que a crença de *S* em (C) não está realmente justificada, porque a justificação que *S* tem para (C) falha o alvo, *i.e.*, que a justificação que *S* tem para (C) falha precisamente o objectivo de justificar a crença de *S* em (C) -- (o que faria desta justificação que *S* tem para (C) uma pseudo-justificação). Mas a objecção é inconsequente, porque a crença de *S* em (C) está realmente justificada (por boas razões), só que a justificação que *S* tem para a sua crença *não é a justificação adequada*, porque não cumpre o objectivo de *confirmar* a sua crença, na medida em que não apresenta provas inquestionáveis para esse efeito.

Qual seria então a condição necessária suplementar que deveria ser satisfeita de forma a podermos validar que a crença verdadeira de *S* em (C) constitui CP? Uma hipótese a ter em consideração é a condição necessária suplementar da (iv) *Validade da Justificação*⁵. Uma justificação válida é uma justificação que confirma a crença de forma adequada e irrefutável⁶. Se a justificação é uma justificação válida, então não existe qualquer possibilidade da crença que é por ela justificada ser falsa ou de não poder ser confirmada.

Se isto estiver correcto, o número de condições necessárias para confirmar o CP aumenta de três para quatro: i) crença, ii) verdade, iii) justificação iv) validade da justificação.

Exemplo 3

Sobre as condições necessárias suplementares para confirmar o CP em cenários metafísicos.

Retendo os dados do exemplo anterior, admitamos condicionalmente que *S* tem uma *crença verdadeira validamente justificada* em (C). Consequentemente, somos levados a validar que *S* sabe que (C), pois as quatro condições necessárias para *S* saber que (C) são satisfeitas. Mas será que

⁵ Devo esta ideia ao meu amigo e camarada académico da Universidade de Lisboa, Diogo Santos.

⁶ A questão não é meramente semântica: a “Validade” da justificação não é um conceito que esteja incluído no conceito de “Justificação”. O conceito de “validade da justificação” excede os parâmetros dos modos práticos de justificação de uma crença, e, como tal, a validade é uma condição necessária suplementar. De notar também que esta “validade” *a posteriori* da justificação da crença referente ao Exemplo 2 não pode ser confundida com a “validade” *a priori* que suporta a justificação no Exemplo 1. Ainda assim, as duas validades são condições necessárias para o CP distintas entre si.

a satisfação dessas quatro condições é suficiente para todos os cenários que possamos imaginar?

Então suponhamos que a realidade (R1) na qual ocorrem os factos descritos é uma simulação computacional em tudo igual à realidade do nosso dia-a-dia, o que é uma hipótese metafísica plausível (Chalmers 2002 – Bostrom 2001). Suponhamos também que as mentes dos actores se encontram inseridas nessa R1. Suponhamos ainda que essas mentes estão agregadas a corpos simulados na R1. Suponhamos, por último, que numa outra realidade (R2) “acima” da R1 estão situados os corpos não simulados - cérebros incluídos - onde têm “origem” as mentes que “navegam” em R1. Esses corpos, e respectivos cérebros, não têm qualquer interacção em R2, pois estão individualmente enclausurados em câmaras de suporte de vida estanques. Neste caso, torna-se física e mentalmente impossível o Sr. Jones ser infiel à sua esposa em R2, embora, curiosamente, o seja em R1.

Pode defender-se que, neste cenário céptico, o detective sabe realmente que (C)? Bem, a sua crença em (C) é verdadeira e está, suponhamos, validamente justificada relativamente a R1. Parece, pois, que ele sabe que (C) relativamente a R1. Contudo, a sua crença é falsa relativamente a R2 (pois não é o caso que (C) em R2), e assim a validade da justificação para a sua crença em (C) relativamente a R1 não funciona de todo relativamente a R2. Parece, pois, que para podermos considerar que S sabe que (C) relativamente a R1 e R2, as condições necessárias de (C) ser uma crença verdadeira validamente justificada têm que ser satisfeitas tanto para R1 como para R2. Mas isto exigiria que pelo menos mais duas condições necessárias tivessem que ser satisfeitas: v) *A condição de (C) não ser contingentemente verdadeira* e vi) *a condição da justificação válida para (C) não ser contingentemente válida*.

Se isto estiver correcto, fica a ideia que as condições necessárias e suficientes para o CP variam em função da exigência de cada caso apresentado, o que é um indício em favor da plausibilidade da hipótese (2)

Voltemos agora à questão central: há um conjunto rígido de condições necessárias para o CP? Bem, se há, qual é esse conjunto e por que condições é ele constituído? Mais, como podemos garanti-lo se é ele que fiscaliza o próprio conhecimento que o valida enquanto critério? E como podemos saber quando o encontrámos? etc. Os exemplos que dei podem ser talvez indícios plausíveis para adoptarmos condicionalmente a hipótese (2) enquanto alternativa eficaz à hipótese (1). Afinal, apesar de ser algo aparentemente contraditório, parece ser possível validar o CP caso a caso, recorrendo para tal à satisfação de múltiplos conjuntos - ou de um conjunto flexível - de condições necessárias e suficientes em função das exigências de cada caso⁷.

Nota de agradecimento: agradeço a Adriana Silva Graça, Desidério Murcho, Teresa Marques e Diogo C. Santos, o auxílio que me deram quer na forma de incentivo para a realização deste ensaio quer na forma de contributos efectivos para essa realização.

⁷ Não foi possível apresentar, por questões de espaço, uma defesa da hipótese 2 enquanto hipótese não céptica. Mas deixo a ideia que qualquer hipótese que permita assegurar-nos que há de facto CP, quaisquer que sejam os métodos que encontremos para o validar, não pode ser de facto uma hipótese céptica. Ora, defendeu-se neste ensaio que a satisfação pontual de certas condições permite de facto o CP, pelo que não se apresentou uma hipótese céptica. De salientar também que a ideia que defendi neste trabalho teve a sua origem no *particularismo* defendido por R. Chisholm e G. Moore (cf. *Bonjour* – 2004 p. 263), e parte do princípio que o critério para o CP é fornecido em função do que é suficiente para haver CP em cada caso particular, e não o contrário, i.e., que cada caso possível de CP seja avaliado em função de um critério geral válido para todos os casos.

Referências

Geral

- Bonjour, L, *Epistemology*, Rowman & Littlefield, Maryland & Oxford, 2002.
- Dancy, J; *An Introduction to Contemporary Epistemology*, Blackwell, Oxford 1985.
- Gettier, E, “Is justified true belief knowledge?” *in* *Analysis*, v. 23.

Subsidiária

- Chalmers, D, “The Matrix as Metaphysics”, 2002 - disponível em: <http://jamaica.u.arizona.edu/~chalme rs/papers/matrix.html>
- Dancy, J, “Problemas da epistemologia” disponível em: http://www.criticanarede.com/fil_epistemologia.html
- Dennett, D, “Where am I?” – disponível em: <http://departments.oxy.edu/cogsci/courses/2000/cs101/etexts/where-am-i.html>
- Heil, J, *Philosophy of Mind*, Routledge, New York, 2004.
- Platão, *Ménon*, Edições Colibri, Lisboa, 1993.
- Platão, *Le Sophiste*, Les Belles Lettres, Paris, 1994.
- Platão, *Teeteto*, (no prelo - edição coordenada pelo prof. José Gabriel Trindade Santos).
- Pryor, J, “The Gettier Problem”, disponível em: <http://www.princeton.edu/~jimpryor/courses/epist/notes/gettier.html>
- Sober, E, “O que é o conhecimento?”, disponível em: http://www.criticanarede.com/fil_conhecimento.html
- Williams, M, “O que é a epistemologia?” disponível em: http://www.criticanarede.com/fil_queeapist.html
- Williamson, T, “Knowledge and skepticism” disponível em: <http://users.ox.ac.uk/~sfop0009/>
- Williamson, T, “Philosophical ‘intuitions’ and skepticism about judgement” disponível em: <http://users.ox.ac.uk/~sfop0009/>
-